



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA  
MODALIDADE À DISTÂNCIA**

**RITA PEREIRA DA SILVA**

**CONCEPÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM  
NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**JOÃO PESSOA - PB**

**19.12.2013**

**RITA PEREIRA DA SILVA**

**CONCEPÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM  
NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em  
Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro  
de Educação da Universidade Federal da Paraíba,  
comorequisito institucional para obtenção do  
título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosemary Evaristo  
Barbosa

**JOÃO PESSOA - PB**

**19.12.2013**

S586c Silva, Rita Pereira da.

Concepções sobre a avaliação da aprendizagem na educação infantil / Rita Pereira da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2013.  
51f.

Orientador: Rosemary Evaristo Barbosa  
Monografia (graduação em Pedagogia – modalidade a distância)  
– UFPB/CE

1. Educação infantil. 2. Concepções. 3. Avaliação. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 373.24 (043.2)

## CONCEPÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

**APROVADA EM:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013

### BANCA EXAMINADORA

Prof.<sup>a</sup>. \_\_\_\_\_  
Ms.

Prof. \_\_\_\_\_  
Convidado

Prof. \_\_\_\_\_  
Convidado

*Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. (Paulo Freire).*

## AGRADECIMENTOS

À Deus, autor das nossas vidas e que me permitiu realizar um sonho que vai além de uma conquista profissional, uma conquista pessoal a qual enriquece o meu conhecimento.

Em especial a minha querida mãe Maria de Nazaré, que através de seus incentivos e apoio tornou esta conquista possível, pois sempre almejou tal realização para os filhos.

A meu esposo Francinaldo Gonçalves e filhas Vitória e Heloísa pelo incentivo e paciência dedicados a mim todo o tempo.

À minha amiga Valdirene, que me deu aquela força para que eu conseguisse concluir minha monografia.

À minha orientadora a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosemary Evaristo Barbosa que acompanhou toda minha caminhada e que me incentivou muito, tornando seus, meus sonhos de chegada.

Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para a concretização desse trabalho, expresso os mais sinceros agradecimentos.

## RESUMO

Refletindo-se numa educação voltada a uma avaliação contínua, esta pesquisa traz como objetivo geral investigar como as docentes concebem o processo avaliativo na educação infantil. É fato que a avaliação é parte integrante do processo ensino/aprendizagem e com isto ela ganha espaço amplo nos processos de ensino na atualidade. Avaliar requer reparo técnico e grande capacidade de observação dos profissionais envolvidos. À luz de teóricos como Jussara Hoffman (2000), Sônia Kramer (2003), Zabalza (1988) e outros, que deram suporte à pesquisa empírica, realizada em três instituições escolares do município de Itabaiana-PB, foram aplicados questionários para a coleta de dados. Foram selecionados alguns sujeitos para participar da pesquisa e o resultado revelou que na questão um todos tinham uma concepção de avaliação formada, na questão dois as respostas têm referências aos três tipos de avaliações destinados à prática docente, diagnóstica (analítica), formativa (controladora) e Somativa (classificatória); na questão três os sujeitos apresentam formas diversas de utilizar a avaliação em sala de aula; na questão quatro apesar de todos os sujeitos terem respondido a esta questão, todas as respostas não especificaram os critérios adotados para a realização da avaliação em sala de aula. Neste sentido perceber-se que não há um consenso entre os sujeitos sobre esses critérios, mesmo atuando na educação infantil, eles não conhecem o RCNEI, pois apresentam respostas não satisfatórias; na questão cinco os sujeitos afirmaram que avaliam a aprendizagem de seus alunos através da participação, observação, acompanhamento nas atividades cotidianas e apenas um sujeito falou que valorizando cada competência desenvolvida e a visão e mundo dos discentes; na questão seis os sujeitos quando questionados se costumam gerar avaliações coletivas entre os seus alunos, a maioria responderam que sim, e apenas um afirmou que não; na questão sete quando questionados sobre as funções da Avaliação que estão presentes no seu trabalho pedagógico eles apontaram: – função contínua função de observação, participação, comportamento; –função de diagnosticar os conhecimentos prévios do aluno e verificar suas dificuldades; na questão oito os sujeitos pesquisados apresentaram diferentes instrumentos (e algumas metodologias por confundirem o instrumento com o método), que servem para registrar e acompanhar o processo avaliativo de seus alunos; na questão nove quando foi perguntado se os sujeitos tinham dificuldades para realizar a avaliação, o sujeito um diz que não, e apresenta como instrumentos para avaliar atividades espontâneas, exercícios orais e escritos, conversas, dinâmicas; o sujeito dois afirma que sente sim tem dificuldades mas avalia através de histórias, exercício, brincadeira e jogos e; o sujeito três fala que não e utiliza as fichas com indicadores de aprendizagem muito comum nas escolas; já o sujeito quatro também diz que sim, tem dificuldades e avalia com trabalhos coletivos, histórias compartilhadas, pesquisas, dinâmicas observações, o sujeito 5 afirma que não, mas só faz observação nas atividades propostas; o sujeito cinco também diz que não tem dificuldade e faz avaliação contínua nas atividades cotidianas, expostas em sala; na última questão quando os sujeitos foram questionados se participavam de programas de Formação Continuada que discutem a avaliação todos disseram não. O que se pode notar é a contradição entre a teoria e a prática.

**Palavras-chave:** Concepções. Avaliação. Educação Infantil.

## ABSTRACT

Reflecting an education - focused continuous assessment , this research brings is to investigate how teachers conceive of assessment process in early childhood education . It is a fact that evaluation is an integral part of the teaching / learning process and with this she earns ample space in teaching today. Rate requires repair tech and great observational skills of the professionals involved . In light of theoretical as Jussara Hoffman ( 2000 ) , Sonia Kramer ( 2003 ) , Zabalza ( 1988 ) and others who supported the empirical research carried out in three school institutions in the city Itabaiana -PB , questionnaires were administered to collect data. Some subjects were selected to participate in the study and the results showed that the one issue everyone had formed a conception of assessment in question two answers have references to the three types of assessments intended for teaching , diagnostic ( analytical ) , formative ( parent ) and practice summative ( graded ) , three subjects in question have several ways to use assessment in the classroom , in spite of all the four aforementioned subjects have responded to this question , all answers did not specify the criteria used to perform the evaluation in classroom . In this sense be seen that there is no consensus among the subjects on these criteria , even acting in children's education, they do not know RCNEI because they present no satisfactory answers , the question five subjects stated that assess the learning of their students through participation , observation, monitoring the daily activities and only one person said that valuing each developed expertise and vision of the world and students; issue in six subjects when asked whether they usually generate collective evaluations among their students , the majority said yes , and only one said no, seven on the issue when asked about the functions of evaluation that are present in their pedagogical work they pointed : - continuous function function observation, participation , behavior , function - diagnose prior knowledge of the student and verify their difficulties; on the question eight subjects studied showed different instruments ( and some methodologies for confusing the instrument to the method ) , used to record and monitor the evaluation process of their students ; nine when the question was asked if the subjects had difficulties to carry out assessment the guy one says no, and presents as instruments to assess spontaneous activities , oral and written exercises , conversations , dynamics, two states that the subject feels rather have difficulties but evaluates through stories , exercise , play and games and , the subject three who did not speak and uses chips with very common indicators of learning in schools , whereas the four subject also says yes , and has difficulty with evaluating collective work , shared stories , polls, dynamic observations , 5 the guy says no, but observation only makes the proposed activities , the subject five also says he has no difficulty and makes continuous assessment in daily activities , exposed to room , with the last question when the subjects were asked if they participated in continuing Education programs that discuss the review said not all . What can be noted is the contradiction between theory and practice.

**Keywords:** Conceptions. Review. Early Childhood Education .



## SUMÁRIO

<b>1- INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2- A EDUCAÇÃO INFANTIL E SEU FUNCIONAMENTO.....</b>	<b>12</b>
2.1 Concepções sobre educação infantil.....	12
2.2 O funcionamento da educação infantil conforme a legislação de ensino.....	15
<b>3- A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>17</b>
3.1. Considerações sobre o processo de avaliação na educação infantil.....	17
3.2. A avaliação da aprendizagem e sua relação com os estágios de desenvolvimento cognitivo na primeira infância.....	21
<b>4-METODOLOGIA.....</b>	<b>23</b>
4.1. Caracterização da pesquisa.....	23
4.2. Escolha do campo empírico.....	24
4.2.1 Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Iva Lira Correia.....	25
4.2.2 Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Nossa Senhora das Graças.....	26
4.2.3 Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Miguel Ângelo da Silva Dantas.....	27
4.3. Os sujeitos participantes da pesquisa.....	28
4.4. A metodologia adotada na coleta de dados.....	29
<b>5- CAPÍTULO DE ANÁLISE.....</b>	<b>30</b>
Análise das informações	
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>49</b>

## 1- INTRODUÇÃO

O caminho percorrido pela avaliação tem sido complicado e mal interpretado durante muito tempo, isto acontece porque ela é considerada como ponto decisivo no processo ensino-aprendizagem. Para muitos a avaliação é só para diagnosticar uma situação de aprendizagem, mas sabemos que pensar na avaliação é mais que a soma de tudo isto: é descobrir o sentido do ser educador e educando. Partindo desse ponto, deste entendimento a avaliação que será efetivada envolve uma relação professor-aluno e conhecimento, ou seja, não se pode avaliar um destes elementos separadamente, mas sim considerar toda a inter-relação existente entre eles, tudo deve ser levado em consideração neste processo.

A avaliação no contexto educativo, ora diante do sistema em seu conjunto, ora a outros componentes, obedece à finalidade de tomar decisões relativas ao objeto avaliado, ou seja, a avaliação tem aspecto crucial, porque ela determina o tipo de informação considerada coerente para analisar os critérios tomados como pontos de referência, além de conhecer os instrumentos avaliativos utilizados em atividades do cotidiano.

A articulação entre o projeto político pedagógico e o projeto de sociedade que defendemos neste processo tem fundamental relevância, pois ambos promovem a educação e o processo de avaliação. A avaliação e o P.P.P. são partes integrantes do projeto da unidade escolar e não está dissociada do projeto mais amplo de sociedade que queremos construir em busca de uma qualificação do ensino e da aprendizagem em nossas escolas.

Apesar de inúmeras teorias de aprendizagem terem surgido nos últimos anos, ainda é uma realidade, nas instituições de educação infantil, adotarem-se a perspectiva tradicional de ensino onde o enfoque está na prática onde o docente é o transmissor de todo conhecimento e dono absoluto do saber. Já o aluno apenas memorizador de conteúdos. Diante disto a avaliação torna-se mera reprodução de informações. No ensino tradicional o professor segue geralmente um dom autoritário, dominante e dono do conhecimento e os alunos recipientes vazios e meros espectadores no processo ensino aprendizagem.

Diante desta ação, a escola caracteriza-se como espaço restrito a um processo de transmissão de informações, de manutenção dos valores da classe dominante.

Sabendo-se que a Avaliação na Educação Infantil é considerada como ponto crítico neste contexto de ensino-aprendizagem, o presente trabalho tem como tema: *Concepções sobre o processo de avaliação da aprendizagem na Educação Infantil nas escolas*

*municipais Iva Lira Correia, Miguel Ângelo da Silva Dantas e Nossa Senhora das Graças, em Itabaiana-Pb.*

O problema desta pesquisa está embasado na seguinte questão: *Como as professoras concebem a avaliação na educação infantil?* Esperamos obter as informações necessárias para uma melhor compreensão sobre as concepções que todos têm da avaliação, além de se esperar que os docentes mostrem os processos avaliativos utilizados por eles para nos ajudar a formar um perfil das escolas e dos docentes pesquisados.

A justificativa para a escolha do tema está centrada no intuito de analisarmos as aproximações e distanciamentos na relação teoria e prática. Entender o que faz o docente se distanciar do que se fala e do que é feito em sala. Também buscar se chegar a uma definição coerente da avaliação em se tratando da prática docente e vivência em sala são necessidades importantes para que esta pesquisa apresente o efeito esperado. Servir como ponte, elo, para futuras pesquisas sobre o tema.

Traçamos como objetivo geral da pesquisa: *Investigar como as docentes concebem o processo avaliativo na educação infantil* como objetivo específico: *Compreender como estes docentes concebem todo o processo avaliativo.*

A metodologia utilizada na pesquisa de campo foi instrumental direcionada aos docentes das escolas citadas. O questionário foi o meio mais viável para obter as informações necessárias, nele foram registradas informações profissionais dos docentes, concepções sobre avaliação, sobre o processo avaliativo na educação infantil, dentre outras, tudo relacionadas as supracitadas escolas, lócus de nossa investigação.

Estas ações e as reflexões delas advindas tiveram como suporte teorias elaboradas por Jussara Hoffman (2000) pesquisadora renomada no assunto, Kramer (2003) , Zabalza (1988) destaques nos estudos sobre educação infantil e avaliação, entre outros, que nos permitirá avançar na concretização da pesquisa empírica, que possui abordagem qualitativa do tipo exploratória.

A composição do texto foi estruturada com uma introdução resumida do trabalho no capítulo 1 e mais quatro capítulos que foram distribuídos da seguinte maneira: No capítulo 2 - Temos as informações sobre a Educação Infantil e seu funcionamento com os subtópicos: Concepções sobre educação infantil; O funcionamento da educação infantil conforme a legislação de ensino; No capítulo 3- Apresentamos o tópico que fala da Avaliação da Aprendizagem na Educação Infantil com os subtópicos: Considerações sobre

o processo de avaliação na educação infantil; A avaliação da aprendizagem e sua relação com os estágios de desenvolvimento cognitivo na primeira infância; No capítulo 4- Temos a Metodologia utilizada para execução da pesquisa e alguns subtópicos como: Caracterização da pesquisa; O campo empírico; Pequeno histórico das escolas envolvidas na pesquisa, bem como da comunidade onde estão inseridas; Os sujeitos participantes da pesquisa; A metodologia adotada na coleta de dados; No capítulo 5- Temos uma análise detalhada feita em tabelas de tudo o que fora dito pelos profissionais envolvidos na pesquisa.

As considerações finais registradas assumem um caráter conclusivo, embora provisório, porque reflete as leituras e interpretações do que fora lido e constatado nos resultados obtidos na análise dos dados coletados no campo da pesquisa.

Enfim, este trabalho é mais uma contribuição para o rol de pesquisas sobre o fazer pedagógico e ao que a ele está atrelado – formação escolar, prática docente e inclusão social.

## **2- A EDUCAÇÃO INFANTIL E SEU FUNCIONAMENTO**

### **2.1 Concepções sobre infância e educação infantil**

De acordo com Oliveira (2005, p.21) “desde o início da humanidade até próximo ao século vinte, a ideia de infância que temos hoje nem sempre existiu, pois até então as crianças eram tratadas como adultos em miniatura”. Ou seja, naquela época as crianças eram tratadas como pequenos adultos e tinham uma rotina de atividades igual a deles. Ainda, segundo o autor, a preocupação com a criança era até os três anos, após esta data todos sem exceção já se comportavam como adultos pequenos. Não tinham uma rotina de brincadeiras, nem atividades direcionadas a seu bem estar; eram meros trabalhadores iguais aos pais. Era uma época difícil para se entender que a criança necessitava de cuidados especiais e educação específica para aquela idade.

Rocha (2002, p.13) também destaca que a “história da criança é registrada a partir do olhar dos adultos”, ou seja, o adulto até hoje ainda é o espelho para toda criança. Segundo o autor, a criança é o reflexo do adulto que o educa, pois é a partir do modelo que ela vê em casa que há uma assimilação de sua concepção de mundo, família, valores e de tudo que a cerca.

Ariés (1981, p.22) reforça essa tese quando relata que “o conceito de infância começa a surgir, de fato, no século dezessete e vai se modificando ao longo dos séculos subsequentes, consolidando-se no século dezenove”. Também quando diz que o “sentimento da infância é considerado uma construção social”. Isto é, para o autor é através da sua percepção de mundo que a criança mostra suas necessidades quanto aos cuidados e atenção que ela tanto almeja para sua construção. Ou seja, a criança através de seus atos, suas ações conseguem demonstrar o que está faltando para que ela possa construir sua formação, basta que estejamos atentos para estes sinais.

Voltando a falar na construção desse conceito, Silva e Guimarães (2011) destacam alguns dos estudiosos mais importantes do século dezoito dentre eles: Rousseau (1712-1772), que considerou a infância como uma fase distinta, com respeito ao desenvolvimento físico e cognitivo da criança; Pestalozzi (1746-1827) que frisou que os sentimentos tinham o poder de despertar o processo de aprendizagem autônoma na criança, destacando a ideia da escola ser uma extensão do lar com o intuito de promover uma atmosfera de segurança e afeto. No século dezenove Froebel (1782-1852) se destaca como

um dos primeiros educadores a considerar a infância como uma fase decisiva na formação das pessoas e o primeiro educador a enfatizar o brinquedo, a atividade lúdica, como um aspecto concreto na representação de mundo e de aprendizagem, deixando o título de passatempo ou diversão. Em outras palavras, pode-se dizer que as concepções são distintas, mas todas apresentam preocupações com o bem-estar da criança, além de apresentar objetos, procedimentos e estratégias que mudariam e melhorariam o desempenho das crianças na construção de seu conhecimento.

Sobre o conhecimento Bueno (2010) menciona que por volta do século vinte, através de pesquisadores como Piaget, (1982) Freud (1980) e Vygotsky, (1994) ligados à Psicologia do Desenvolvimento e às teorias psicanalíticas e de aprendizagem, foi resignificada a educação, pois se buscava uma evolução por meio da linguagem e de interferências nos anos iniciais da vida da criança. Ou seja, estes pesquisadores contribuíram para uma visão diferenciada de aspectos que antes eram considerados nulos e que eles comprovaram a fundamental relevância deles no processo cognitivo da aprendizagem. Para Bueno (2010) estes autores nos levam a pensarmos que na concepção de educação Infantil devemos expandir o olhar para a criança e estabelecer instrumentos e processos que levem em conta a especificidade, portanto, a estratégia para compreensão de cidadão, com direito ao acesso e à permanência na educação, em que as brincadeiras e a cultura possam promover e garantir a manutenção das infâncias. O autor nos conduz a uma concepção de educação infantil cujas brincadeiras, ludicidade, recursos físicos e humanos sejam preocupações constantes de todos os que esperam mudanças significativas.

De acordo com Berticelli (1999, p.159), a “educação infantil é o espaço para a criança ter infância, pois é um espaço cheio de possibilidades”. O autor afirma que esta fase deve ser para a criança a melhor de sua vida e por isso deve ser vivida livremente e com bastantes brincadeiras, sem a preocupação demasiada que os adultos têm. O autor continua dizendo que esta é a fase da inocência, do amor, em que tudo é motivo de risos e alegrias.

Para Zabalza (1998, p. 144),

A pergunta sobre o que deve ser a Educação Infantil não pode ser objeto de uma única resposta, completa e definitiva. As finalidades que lhe são atribuídas dependerão daquilo que se pensa sobre o mundo, o ser humano, a vida, a natureza, a criança, a aprendizagem e o seu desenvolvimento, mas depende também do momento histórico e do contexto social e cultural no qual se propõe a pergunta.

Nesta linha de pensamento, Zabalza (1998) nos leva a pensar numa educação Infantil voltada para as dimensões biológicas, cognitivas, sociais e lúdicas para o seu melhor desenvolvimento. O autor demonstra que há uma infinidade de respostas para se chegar a um conceito que aponte mudanças significativas para esta clientela. Segundo o autor não se deve ter um conceito pronto e preso no tempo e no espaço, mas sim conceitos que mudem com as interferências da época em que vivemos cheias de transformações e mudanças diárias que influenciam muito na tomada de decisões.

Este contexto pressupõe um docente preparado e capaz de acompanhar estas mudanças. É como destaca Redin (1998, p.51):

O profissional da educação infantil deverá ter um preparo especial, porque a infância se exige o melhor do que dispomos. Deverá ter um domínio dos conhecimentos científicos básicos, tanto quanto conhecimentos necessários para o trabalho com a criança pequena (conhecimentos de saúde, higiene, psicológica, antropologia, história, linguagem, brinquedo e das múltiplas formas de expressão humana, de desenvolvimento físico e das questões de atendimento em situações especiais). Precisa ainda ter sob controle seu próprio desenvolvimento, bem como estar em constante processo de construção de seus próprios conhecimentos.

Ou seja, de acordo com o autor Redin (1998) o desafio é enorme, pois a educação infantil ocupa dois aspectos, o de cuidar que necessita uma atenção redobrada em se tratando de acidentes, doenças, mal estar, e a de educar, que exige do profissional grande participação e competência. Ainda de acordo com o autor, o que se precisa é um olhar diferente para educação infantil, pois precisamos vê-la como um conjunto de diretrizes, metas, procedimentos, processo de interação articulados com os poderes públicos e com a sociedade, independente de classe social levando-se em consideração apenas o bem estar da criança e sua aprendizagem.

Atualmente, segundo Zabalza (1988), a criança é vista como um indivíduo com direitos (deve ter as suas necessidades físicas, cognitivas, psicológicas, emocionais e sociais providas e respeitadas), já que as leis lhe asseguram atendimento integral e integrado. Dentre elas o autor cita a Constituição Brasileira (1988), promulgada em outubro de 1988, em seu Artigo 208, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº. 8.069/1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº.934/1996). Elas são as leis que atualmente regem a Educação Infantil garantindo direitos e deveres para esta clientela, com intuito de promover a cidadania e bem estar das crianças do nosso país.

## 2.2 A legislação da educação infantil e seu funcionamento

Estamos em um momento histórico onde a criança e o cuidado na infância são assuntos prioritários por parte das esferas Federal, Estadual e Municipal. Este fato nos levam a vê a educação infantil como elo para a formação integral do cidadão. Vivemos um momento oportuno para a a reflexão das leis e políticas publicas voltadas para a educação infantil.

De início, Oliveira (2000) nos lembra de que a Constituição Federal/1988 estabelece que é de responsabilidade do poder público – do Estado – a Educação Infantil, em creches e pré-escolas (Art. 208, inciso IV); e atribuiu aos municípios, com a cooperação técnica e financeira da União e do estado, a responsabilidade pela manutenção de programas de educação de pré-escolar e de ensino fundamental (Art.30, inciso VI). Ou seja, segundo a autora, a Constituição Federal, que normaliza e assegura os direitos, veio delegar responsabilidades aos órgãos competentes, como também garantir os direitos que a sociedade clamava e exigia - um local para que seus filhos permanecessem até que se cumprisse com as jornadas de trabalho.

No Brasil temos o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA/1990 – uma das legislações, segundo UNICEF (1970), mais avançada do mundo em se tratando de garantir os Direitos da Criança e do Adolescente (vida, lazer, educação, saúde, liberdade). Para Rosemberg (1995), este estatuto anunciou uma nova etapa nesta modalidade, pois um leque de possibilidades foram propostas para que uma concretização no atendimento educacional nesta faixa etária fluísse.

Segundo Oliveira (2005), outra lei que rege a Educação Brasileira também muito importante é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96, Art 4º, inciso IV). Nela se determina que a educação Infantil deve ser oferecida em “creches para crianças 0 a 3 anos”, e em “pré-escolas de 4 e 5 anos”. De acordo com a autora, esta lei não obriga que a criança permaneça nestas instituições, mas se os pais desejarem que haja estes locais para receber todas as crianças nesta faixa etária estabelecimentos. A responsabilidade de vagas e de estabelecimento de ensino para esta modalidade é de responsabilidade do município.(Oliveira, 2000, p.18). De acordo com a LDB (1996), a Educação Infantil passa a integrar a Educação Básica. Rege em seu artigo 29 que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade,



em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A LDB (1996) assegura de forma clara que a criança tem direitos adquiridos para o seu desenvolvimento integral, levando em conta critérios que sejam complementos que ajudem toda a família e comunidade. Outras leis e outros pareceres demonstram a preocupação que os governantes têm em promover a qualidade na educação, mas sabemos também que em muitos casos elas servem apenas como cunho político e não têm o resultado esperado, permanece no papel tirando o direito das crianças de terem uma educação de qualidade.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI 1998) foi publicado com o objetivo de orientar os profissionais que atuam com crianças de 0 a 5 anos, respeitando sua prática docente e a diversidade cultural brasileira, além de contribuir para com a rotina escolar, no que se refere ao planejamento, desenvolvimento e à avaliação de práticas pedagógicas em diferentes contextos de aprendizagem. O RCNEI (1998) confirma o apoio ao profissional desta área levando em conta fatores e diversidades que influenciam na formação do aluno. O RCNEI (1998) assim como a LDB (1996) reforça que as creches não devem ser espaços de cuidados com a criança e que as pré-escolas não se limitem a preparar para a alfabetização. Ambos devem está integrados desde cedo e sugere um trabalho articulado em três eixos: brincadeira, movimento e relação afetiva com o meio. Por meio destes eixos a proposta pedagógica deve lidar as artes visuais, conhecimento do mundo, língua escrita e oral, matemática e musica. Também trata do número de alunos, faixa etária, relação escola x família, tudo para que haja uma integração de todos no dia a dia e no trabalho das instituições por parte de todos.

Outro ponto importante a tratar é o Parecer CNE/CEB4 nº. 022/1998 - Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil- DNEI - que também influencia o ensino por ser um parecer que regulamenta os aspectos normativos (leis, procedimentos, estratégias), além de contemplar os profissionais com formação adequada para desempenhar bem seu papel diante daquilo que é sugerido. Apoio necessário para que tudo caminhe de acordo com o que foi planejado e almejado, para o bem estar da criança nesta fase.

O Plano nacional da Educação - PNE - Lei nº. 10.172/2001 propôs a mobilização de organização da sociedade civil. Nascimento (1999) deixa claro que nesta lei a criança não é obrigada a frequentar estas instituições de ensino, mas chama a atenção que estas Instituições devem estar disponíveis e com vagas caso a família por ventura necessitem delas.

### **3- A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

#### **3.1. Considerações sobre o processo de avaliação na educação infantil**

Esteban (1993) afirma que o caminho trilhado pela avaliação tem sido bastante complicado e constrangedor e o que tem ocasionado a maioria das discussões em torno da avaliação é a tentativa de definição do significado primordial de sua prática na ação educativa. A autora nos faz lembrar que é fundamental uma prática que tenha memória. Más também explica que para que esta memória exista é preciso registrar. Registrar os procesos, as descobertas, os percursos da turma. Para ele é a partir destes registros, dos planejamentos, das atividades realizadas que ha a legitimação do saber elaborado a partir da prática.

Já na Educação Infantil Esteban (1993) explica que essas informações acerca da avaliação, ao longo do processo educativo, geralmente são apresentadas em forma de relatórios de grupos e individuais, por meio de reuniões coletivas ou individuais com pais ou responsáveis pelas crianças. Práticas estas que podem ser incorporadas ao Ensino Fundamental.

Esteban (1993, p.32) afirma que “o costume dos exames escolares, firmado nas escolas e instituições por todos nós até hoje, foi sistematizado nos séculos dezesseis e dezessete, com algumas configurações das atividades pedagógicas”.

Para a autora, houve um período em que estes exames eram defendidos por dois grupos. O primeiro liderado por La Salle em 1720 (Guia das Escolas Cristãs da época) defendia a tese que o exame era como uma supervisão permanente, pois acreditava numa vigilância contínua para o desenvolvimento da aprendizagem; já o bispo protestante Jonh Amós Comênio em 1657, na Carta Magna, defendia a ideia de que o exame seria como uma forma de verificar a aprendizagem. Ou seja, ainda hoje temos em nossas escolas a predominância destas teses instituídas há muito tempo atrás e que em muitos casos só servem para medir de forma errônea a aprendizagem do aluno.

Em 1930 Ralph Tyler, educador norte americano, marcou a denominação avaliação da aprendizagem. Para Tyler (1974, p.99) a “avaliação era o ato de diagnosticar o andamento do educando na vida escolar, visando torná-la mais eficaz”. Foi a partir daí que houve uma preocupação maior em avaliar o aluno “através das mudanças de comportamento, considerando-se a aprendizagem outrora adquirida”. Ou seja, para o autor

o aluno estava inserido num contexto muito além daquele da avaliação, era preciso observar os fatores que viessem a influenciar os resultados. Era preciso um olhar minucioso da situação e do contexto em que o aluno estava inserido.

Para Esteban (1993, p.41) “o caminho percorrido pela avaliação tem sido cheio de obstáculos”. Segundo a autora, estes obstáculos têm levado o tema para grandes discussões no cenário nacional, pois se busca a todo o momento uma definição coerente à sua prática na ação na educativa.

Diante destas discussões, teremos algumas definições a seguir que emite o reflexo de uma postura filosófica adquirida por estudiosos do assunto na época vivida por eles e que de certa forma nos influencia até hoje.

Luckesi (1978, p.72), reconhecido estudioso sobre o assunto, explica que a palavra *avaliar* “vem do latim e significa atribuir valor e mérito”. Para ele a “avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado”. O autor acredita que a definição mais adequada seria “tratá-la como um julgamento de valor sobre as situações relevantes de nossa realidade, tendo como direção uma tomada de decisão”. Em outras palavras, o autor demonstra sua preocupação para que a avaliação não seja elevada a primeiro plano e o fator principal e essencial como a construção do conhecimento seja posto de lado, seja esquecido.

Kramer (2003, p 53) “defende a importância da avaliação em qualquer etapa educativa”. Para a autora a avaliação exige competência dos profissionais ao realizá-la, e devia ser uma atividade didática permanente e necessária para o trabalho docente visando ligá-la ao processo de ensino e aprendizagem. Ou seja, a autora acredita que a avaliação deve estar presente no cotidiano do docente e deve ser vista como um componente indispensável na valorização da aprendizagem, bem como um processo para diagnosticar os avanços e as dificuldades dos alunos.

Pena Firme (1987.p. 17) acredita que o “conceito de avaliação evoluiu muito nas últimas décadas e a prática continua estacionada”. Para o autor, a prática da avaliação não tem acompanhado o ritmo proposto diante de suas definições. Ou seja, o autor explica que está faltando a transformação e a capacitação de todos que a utilizam, pois faltam profissionais qualificados. Ele continua afirmando que na época em que vivemos, mudanças estão sendo geradas a todo o momento, pois as informações são geradas em segundos e o que falta a todos é justamente a coragem de mudar.

Em se tratando de educação infantil, pesquisadores como Hoffmann (2000), Kramer (2003), Zabalza (1998), entre outros, deram suas contribuições, apontando em estudos e pesquisas que a avaliação na prática deste segmento tem buscado inovações, estratégias diversificadas para que aconteça tendências que faça o diferencial na construção do conhecimento.

Kramer (2003) ressalta a legislação sobre a Educação Infantil no artigo 31 da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, que rege que a avaliação infantil deve ser realizada por meio de acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção para o ensino fundamental. Já o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil de 1998 define a avaliação como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças, com funções de acompanhar, orientar, regular e redirecionar o processo educativo. Em outras palavras, a autora faz uma apreciação das leis para mostrar a responsabilidade e o compromisso que os órgãos públicos devem ter para cumpri-las. Ela continua afirmando que a avaliação deve ser um processo contínuo, cuja prioridade seja o de ajudar a criança a despertar o interesse pela aprendizagem sem esperar algo em troca. Por isso afirma que é necessário “que a clássica forma de avaliar, buscando os erros e culpados, seja substituída por uma dinâmica que busque a transformação ativa para o resultado final do trabalho”. Ou seja, para a autora a avaliação na educação infantil deve ser um momento de promoção do desenvolvimento pleno de aprendizagem onde a reprovação não seja um fator dominante neste processo.

Hoffmann (1996, p.31) nos diz que a avaliação deve ser mediadora, já que a “mediação significa um estado de alerta permanente do professor que acompanha e estuda a história da criança em seu processo de desenvolvimento”. Ou seja, a autora aconselha que se faça um acompanhamento constante nas ações cotidianas da criança, buscando uma ação crítica e transformadora com o intuito de revelar o que a ela já tem e o que ainda lhe falta. Acompanhar para poder avaliar com coerência e sensatez todo o processo educativo da criança, e não apenas no final do ano letivo, como é o costume de algumas instituições. Refletindo-se sobre este fato, a autora aponta alguns pressupostos básicos para a avaliação na educação infantil:

a) uma proposta pedagógica que vise levar em conta a diversidade de interesse e possibilidades de exploração do mundo pela criança, respeitando sua própria identidade sociocultural e proporcionando-lhe um ambiente interativo, rico em materiais e situações experienciadas;

b) um professor curioso e investigador do mundo da criança, agindo como mediador de suas conquistas, no sentido de apoiá-la, acompanhá-la e favorecer-lhe novos desafios;

c) um processo avaliativo permanente de observação, registro e reflexão acerca do pensamento das crianças, de suas diferenças culturais e de desenvolvimento, embaixador do repensar do educador sobre o fazer pedagógico. (Hoffmann, 1996, p.19).

Sendo assim, a autora Hoffmann (1996) frisa a importância de se ter pressupostos específicos para educação infantil, a fim de se alcançar um nível de qualidade do ensino esperado e almejado pela sociedade. Para ela, estes pressupostos levarão as instituições a deter o olhar diferenciado na educação infantil, respeitando as diversidades existentes no âmbito escolar, além de ser uma ponte, um elo para todo o profissional que busca novos desafios, proporcionando, assim, uma reflexão acerca do seu fazer pedagógico.

Em outro momento Hoffmann (2000) nos diz que:

Avaliar é registrar ao final de um semestre (periodicidade mais frequente na pré-escola) os comportamentos que a criança apresentou, utilizando-se, para isso, de listagens uniformes de comportamento a serem classificados a partir de escalas comparativas tais como: atingiu, atingiu parcialmente, não atingiu; muitas vezes, poucas vezes, não apresentou; muito bom, bom, fraco; em outras. Em muitas instituições, a prática avaliativa se reduz ao preenchimento dessas fichas de comportamento ou elaboração de pareceres descritivos padronizados ao final de determinados períodos. O cotidiano da criança não é verdadeiramente levado em conta, nem é considerada a postura pedagógica do educador, à semelhança do ocorrido no ensino regular. (HOFFMAN, 2000, p.12)

Em outras palavras, a autora Hoffmann (2000) mostra-nos sua preocupação em se avaliar só neste período, pois para ela avaliar bem deve ser um processo contínuo que considere todo procedimento ocorrido. Segundo a autora, este acompanhamento é importante, mas não deve ser único como ocorre em muitas instituições de ensino. Para ela deve existir uma avaliação de todos os envolvidos neste processo para que se apontem os erros e acertos em busca de valorização ao profissional, bem como qualidade para esta modalidade.

Concluo com as reflexões de Zabalba (1998), que nos alerta para a possibilidade de não existir verdades absolutas e que tudo pode e deve ser discutido no contexto escolar, e que deste mesmo modo devemos ter a certeza de que nem tudo o que se fez ou se tem feito pela educação infantil é bem feito. Por isso, ele destaca a importância de continuar tentando, insistindo para que se tenham as condições básicas e os procedimentos necessários para as mudanças da melhoria da qualidade na educação infantil oferecida em nosso país.

### **3.2. A avaliação da aprendizagem e sua relação com os estágios de desenvolvimento cognitivo na primeira infância**

Didonet (2006) explica que estamos em um momento histórico onde a criança e o cuidado na infância são assuntos prioritários por parte das esferas Federal, Estadual e Municipal. Este fato nos levam a vê a educação infantil como elo para a formação integral do cidadão. Vivemos um momento oportuno para a reflexão das leis e políticas públicas voltadas para a educação infantil e sobre o processo avaliativo nesta modalidade de ensino.

Em uma época pouco distante a avaliação era feita pra verificar se os alunos haviam memorizados os assuntos outrora vistos em sala de aula. Neste processo os alunos não aprendiam como deveria e apenas memorizava e decorava o que era preciso para ter uma boa nota, em outras palavras, tornavam-se meros reprodutores dos conteúdos exposto em sala, era máquinas reproduzindo arquivos. Freire (1987).

O autor continua dizendo que infelizmente esta prática não mudou muito, o processo avaliativo continua sendo feito da mesma forma de antes, de acordo com o modo tradicional de ensino. Professores continuam cobrando fórmulas, regras, provas com respostas iguais ao manual, tudo como antigamente. Segundo Até hoje a prova ainda é o vilão da história, isto por ser o método mais utilizado e o meio mais comum do professor ameaçar o aluno a reprovação.

Para Oliveira (2005), avaliar vai além de tudo isto e que deve ocorrer de forma contínua, buscando compreender através deste processo as dificuldades em relação aos conteúdos apresentadas pelos alunos de modo que aponte os meios, os caminhos para se chegar a uma melhor absorção dos mesmos. É uma tarefa difícil, mas todos os envolvidos na construção do conhecimento deve ter a consciência de que as mudanças devem acontecer de forma branda, com cuidados. O que não se pode é permanecer reproduzindo

estereótipos. O que queremos para o futuro são crianças críticas e reflexivas, cidadãos conscientes de deveres e direitos.

Hoffman (2000), afirma que na educação infantil etapa que abrange crianças de zero a cinco anos, o processo avaliativo não é diferente apesar das leis assegurarem uma avaliação contínua, progressiva e que acompanhe a evolução e os erros utilizando-os como elo para a construção do conhecimento, ainda encontramos instituições de ensino que se apegam as fichas de acompanhamento que são respondidas no término do ano letivo. Para a autora, encontramos também professores que estão apegados ao tradicionalismo, e que ainda não aceita mudanças. Outro fator importante é que muitos estão habituados a utilizar as fichas de acompanhamento apenas e exclusivamente no final do ano, fato este que deveria acontecer durante todo o ano. A preocupação é com o produto final. Com isto a criança deixa de ter o acompanhamento necessário por lhe faltar o desdobramento de suas dificuldades no momento oportuno.

Piaget (1982) a primeira infância é um período decisivo na formação da personalidade e do caráter. Esta fase é até os três anos de idade, a linguagem e a afetividade progridem aceleradamente. Nesta fase a criança não formula hipóteses, não consegue explicar muita coisa, costuma da vida a tudo que os rodeiam, tem dificuldades de responder perguntas simples, por não terem a estruturação de pensamento.

A segunda infância é um período até os sete anos. Para Rousseau (2004), a segunda infância é a etapa em que a criança fortalece o corpo e refina os sentidos. É chamada sono da razão, porque antes desta fase a criança não tem ideias, apenas imagens dos objetos. Nesta fase a criança necessita muito do acompanhamento de um adulto para que suas dúvidas sejam sanadas. A intervenção de um adulto nesta fase é de suma importância. É considerada uma fase mais saudável, onde o desenvolvimento das capacidades motoras e mentais ainda é fraco, apesar das crianças pularem muito, correr etc. É a fase onde se inicia o processo de conhecimento.

É na infância que a criança inicia a fase escolar e processo de alfabetização e é nesta fase que a avaliação deve ocorrer de acordo com sua faixa etária e observando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) recomenda que, neste período, a avaliação seja feita por acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, "sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental".

Piaget (1982) nos dá subsídios para melhor entendermos os mecanismos de construção da inteligência humana a partir dos estudos realizados com as crianças, desde seu nascimento, dando base para elaboração de recursos e técnicas que promoverão os tais aspectos físico-psíquico afetivo, preparando a criança para o convívio social e suas implicações, para que a aquisição e a construção do saber seja gradativa e contínua.

Jean Piaget (1982) foi professor de história das ciências, psicologia, sociologia e história do pensamento científico. Dedicou-se ao estudo do desenvolvimento infantil, fundou o Centro Internacional em genebra de epistemologia genética, onde se realiza inúmeras pesquisas. Em seus estudos colocam em ênfase os aspectos estruturais e as leis de caráter universal (origem biológica) do desenvolvimento.

Piaget (1982) aborda temas como assimilação, acomodação, equilíbrio e construção do conhecimento, tudo relacionado aos estágios cognitivos.

Para Piaget (1982.p. 389) a construção do equilíbrio seguem um padrão denominado pelo autor de estágios. Estes estágios seguem idades mais ou menos determinadas. O primeiro é Estágio Sensório-Motor (0 a 2 anos), o segundo Estágio Pré-Operatório (2 a 7 anos), o terceiro Estágio Operatório- Concreto (7 a 11 anos) e o quarto Estágio Operatório Formal (12 anos).

Nestes estudos o que nos chama a atenção é o primeiro o Estágio chamado por Piaget de Sensório – Motor . De acordo o autor é partir de reflexos neurológicos básicos, que a criança neste estágio começa a construir esquemas de ação para assimilar mentalmente o meio. A inteligência é prática. As noções de espaço e tempo são construídas pela ação. O contato com o meio é direto e imediato, sem representação ou pensamento.

## **4 - METODOLOGIA**

### **4.1. Caracterização da pesquisa**

A atual pesquisa foi desenvolvida dentro de uma expectativa qualitativa para obtenção de uma melhor análise do problema em estudo, pois sabemos que este tipo de pesquisa busca compreender e interpretar com maior profundidade o fenômeno a ser estudada, no caso a avaliação na educação infantil.



Para Godoy (1995, p.57), na pesquisa qualitativa não existe “hipóteses pré-concebidas, suas hipóteses são construídas após a observação”, ou seja, é um processo onde não existe a suposta certeza do método experimental, de certa forma quem observa ou interpreta influencia e é influenciado pelo fenômeno pesquisado. A pesquisa qualitativa é indutivamente construída e tem caráter exploratório, isto porque a exploração, o interrogatório, para coletar as informações e descrever características do fenômeno ou da população torna-se mais claro, mais explícito, por haver uma confiança maior no que se escreve. Isto acontece porque em muitos casos quando expressamos nossas opiniões através da fala colocamos e falamos coisas que em outros momentos não explicaria realmente nossa opinião.

Na pesquisa qualitativa busca-se apurar opiniões e atitudes claras e conscientes dos envolvidos, utilizam-se instrumentos estruturados (questionários), pois o número elevado de pessoas envolvidas neste processo, resultará numa precisão nos garantida na causa em estudo.

#### **4.2. Escolha do campo empírico**

A pesquisa de campo foi realizada em três escolas municipais da cidade de Itabaiana-PB, as quais estão dentro das limitações da 12ª Gerência Regional de Ensino. A escolha pela Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Iva Lira Correia se deu pelo vínculo afetivo, social e profissional estabelecido durante o período de estágio ocorrido anteriormente naquela instituição, pois tínhamos a certeza de que nossas averiguações sobre a pesquisa teriam os melhores resultados possíveis diante da problemática da avaliação. A escolha pela Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Miguel Ângelo ocorreu devido a curiosidade por conhecer melhor a realidade daquela comunidade urbana que apresentava cotidiano de zona rural. Já a escolha pela Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Nossa Senhora das Graças foi por esta apresentar ares de escola privada e por ter grande aceitação na cidade apesar da rejeição pelas escolas municipais. Todas as justificativas apresentadas servirão para uma melhor compreensão das averiguações propostas em relação a problemática em se tratando das concepções sobre a avaliação da aprendizagem na educação infantil.

#### **4.2.1 Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Iva Lira Correia**

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Iva Lira Correia fica localizada na Avenida Paulo Afonso, nº 285, bairro do Açude das Pedras, Itabaiana-PB, dentro das limitações da 12ª Gerência Regional de Ensino. A Escola foi construída em 1988, na administração do prefeito Severino Ramos da Silva, vulgo Galego. Na gestão administrativa de Odacir Falcão a escola recebeu este nome em homenagem a uma ex- professora e diretora de uma escola estadual, a qual havia se destacado com serviços prestados a educação itabaianenses e que teve uma morte súbita, tendo desta forma seu nome aferido a essa escola.

A Escola em seu espaço físico possui seis salas de aula, um laboratório de informática com vinte computadores, uma sala de vídeo, uma sala para os professores, uma diretoria e um pátio para recreação das crianças. A Escola funciona nos turnos manhã, tarde e noite. Atualmente tem 240 alunos matriculados e distribuídos na Educação Infantil, Fundamental I e no Ensino de Jovens e Adultos. Hoje são duas salas de educação infantil sendo turmas únicas de Pré-escola Nível 1 com 18 alunos e Pré-escola 2 com 16 alunos ambas funcionando no turno da tarde. Os docentes envolvidos nesta pesquisa são chamados aqui de sujeito 2 e sujeito 3.

Em seu quadro funcional são 32 funcionários, sendo 18 professores, 2 supervisores, 1 diretor, 3 secretários, 6 auxiliares de serviços e 3 vigilantes. A grande maioria dos professores possuem licenciatura em Pedagogia e os demais o magistério oferecido pela Escola Normal da Cidade. É a segunda maior escola do município. É uma escola situada na periferia, tendo fácil acesso de motos e carros. A Escola Iva Lira tem sido eficaz em seu trabalho educativo por isso que ela foi escolhida para este trabalho de pesquisa.

Como material permanente a escola dispõe de computadores, aparelho de som, DVD, TV, filmadora, impressora, máquina digital, ventiladores, notebook. Os educandos assistidos nesta escola são crianças com condição financeira baixa, onde muitos são subsidiados pelo programa Bolsa Família, Seguro Safra. O restante da clientela que ficam a margem destes programas do governo federal a maioria são pedinte no centro da cidade, já que os pais não possuem empregos certos.

#### **4.2.2 Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Nossa Senhora das Graças**

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Nossa Senhora das Graças está localizada no centro da cidade a Rua Cônego Tranquilino. A escola foi Construída em 1980. É uma escola de porte médio funcionando atualmente em um prédio alugado pela Prefeitura Municipal.

O nome da Escola foi uma homenagem a Santa de Devoção do administrador da época que de acordo com os funcionários mais antigos recebeu uma graça pedida em suas orações.

A Escola funciona com quatro turmas no turno da manhã e quatro turmas no turno da tarde. No período noturno funcionam apenas duas turmas com alunos do programa do Brasil Alfabetizado. Seu espaço físico conta com quatro salas de aula, 1 diretoria, 1 cozinha, banheiros e uma área grande que serve como pátio para recreação. Em seu quadro hoje são 8 professores, 1 coordenador, 1 supervisor, 1 diretor, 2 secretários, 6 auxiliares de serviços, 2 vigias.

A Escola Municipal Nossa Senhora das Graças atualmente tem 70 alunos matriculados e distribuídos na Educação Infantil e Fundamental I. É uma escola bem situada e conceituada na cidade por oferecer ensino de qualidade.

Hoje a escola funciona com três salas de educação infantil, todas no turno da manhã sendo 1 Pré-escola nível 1 com 14 alunos e dois Pré-escola nível 2, com 12 alunos cada sala. Os docentes envolvidos na pesquisa são os sujeitos 4,5 e 6.

Em seu material permanente a escola dispõe de computadores, aparelho de som, DVD, impressora, máquina digital, ventiladores, TV, notebook. Os educandos assistidos nesta escola são crianças com uma condição financeira razoável, e muitos ainda são subsidiados pelo programa Bolsa Família. Apresenta uma clientela boa em se tratando dos aspectos financeiro e social.

A maioria dos professores desta escola possuem licenciatura em Pedagogia e os demais o magistério oferecido pela Escola Normal da Cidade. Os docentes da pesquisa dois têm curso superior e apenas uma conta apenas com o magistério. A Escola Municipal Nossa Senhora das Graças tem uma boa aceitação na cidade e principalmente na comunidade onde ela está inserida.

#### **4.2.3 Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Miguel Ângelo da Silva Dantas**

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Miguel Ângelo da Silva Dantas foi construída em 1987, na Administração do Prefeito Severino Ramos da Silva, e recebeu este nome em homenagem ao sobrinho dele morto em um trágico acidente. Está situada no Conjunto Habitacional Dr. Aglair da Silva Bairro do Brejinho atualmente zona urbana, é considerada uma área desassistida pelos governantes onde não existe água encanada, e muitos outros problemas, além de ser um bairro muito violento. A comunidade tem fácil acesso e suas vias principais são pavimentadas o que facilita a movimentação de motos, carros.

A Escola Municipal Miguel Ângelo da Silva Dantas funciona nos turnos manhã e tarde. Hoje só há uma turma de Pré-escola nível 1 com 14 alunos. O docente da pesquisa é o sujeito 1. Em seu espaço físico conta com 3 salas de aula, 1 diretoria, cozinha e banheiros. Tem uma área descoberta grande que serve como pátio de recreação. Possui 60 alunos matriculados e distribuídos na Educação Infantil e Fundamental I. Em seu quadro funcional são 6 professores, 1 diretor, 1 supervisor, 4 auxiliares de serviços, 2 vigilantes, 2 secretários. A Escola sofre atualmente com êxodo escolar por ser uma escola de porte pequeno. Todos os professores possuem licenciatura, um em geografia e os demais em Pedagogia. O docente da pesquisa possui superior completo.

Como material permanente a escola dispõe de TV, computadores, aparelho de som, DVD, impressora, máquina digital, ventiladores, notebook. A grande maioria dos educandos assistidos nesta escola são crianças com condição financeira muito baixa, pedintes, apesar de muitos serem subsidiados pelo programa Bolsa Família e seguro safra. É uma comunidade com predominância para a agricultura por está inserida as margens direita do rio Paraíba.

Pensando no levantamento de dados expressivo que sirva para a construção de um trabalho monográfico significativo foi o motivo primordial que me direcionou para a escolha destas escolas. Minhas investigações enfim seria uma ponte, um elo entre professores e gestor que ali me acolheram. A relação afetiva não seria problema, mais abriria um leque de possibilidades para a construção de um trabalho diferenciado no campo de pesquisa proposto.

### 4.3 Os sujeitos participantes da pesquisa

Os professores abordados para a pesquisa em sua maioria possuem licenciatura em Pedagogia, e os demais possuem apenas o ensino médio, oferecido pela escola normal.

Segundo os professores a escolha pela profissão se deu por vocação mesmo, ou seja, todos estão exercendo um trabalho que gostam e por escolha própria.

O que se pode observar no decorrer da pesquisa é que dentre todos os participantes apenas um professor tem menos de cinco anos de serviço. A grande maioria atua nesta área há quase duas décadas e, o que é mais interessante: metade deste tempo na educação infantil. São muitos anos de serviços prestados na educação. Desta forma, as respostas apresentadas pelos docentes nesta área trarão informações verdadeiras, que nos ajudarão a entender melhor a problemática que envolve a avaliação nesta modalidade de ensino, tão importante na formação da criança.

PARTICIPANTES DA PESQUISA	ATUAÇÃO DOCENTE
Sujeito 1	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Miguel Ângelo da Silva Dantas. Curso Superior Completo, 17 anos de serviço. Pré-escola, nível 1. Turma Única/ Manhã - 14 alunos. Professora por vocação.
Sujeito 2	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Iva Lira Correia. Curso Superior Completo, 2 anos de serviço. Pré-escola, nível 1. Turma B/ Tarde - 18 alunos. Professora por vocação.
Sujeito 3	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Iva Lira Correia. Ensino Médio, 19 anos de serviço. Pré-escola, nível 2. Turma Única/ tarde - 16 alunos. Professora por vocação.

Sujeito 4	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Nossa Senhora das Graças. Curso Superior Completo, 15 anos de serviço. Pré-escola, nível 1. Turma Única/ manhã - 14 alunos Professora por vocação.
Sujeito 5	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Nossa Senhora das Graças. Ensino Médio, 15 anos de serviço. Pré-escola, nível 2. Turma A/ Manhã - 12 alunos Professora por vocação.
Sujeito 6	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Nossa Senhora das Graças. Curso Superior Completo, 15 anos de serviço. Pré-escola, nível 2. Turma B/ manhã - 12 alunos Professora por vocação.

#### 4.4. A metodologia adotada na coleta de dados

Para coletar os dados para a pesquisa utilizou-se um questionário de questões abertas requerendo as informações de acordo com o problema estudado para futuras análises e conclusões acerca dos dados coletados.

Os questionários foram aplicados no mês de outubro de 2013, pela pesquisadora, no local de trabalho dos pesquisados citados anteriormente. Todas as respostas conseguidas foram analisadas e interpretadas de acordo com os resultados e organizadas utilizando-se categorias de análise que serão discutidas posteriormente neste trabalho.

## 5- CAPÍTULO DE ANÁLISE

### Análise das informações

Para a análise do tema foram contemplados seis profissionais da rede municipal de ensino da cidade de Itabaiana-PB que serão tratados de sujeito. Neste trabalho o questionário foi o meio utilizado para se chegar às respostas que serão analisadas neste momento.

QUESTÃO 1: Qual a sua concepção de Avaliação?

SUJEITOS PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Sujeito 1	Fonte de informação Ajuda a compreender e descrever os desempenhos da aprendizagem.
Sujeito 2	Forma de entender a dificuldade e desenvolvimento da aprendizagem do aluno;
Sujeito 3	Forma de entender a dificuldade e desenvolvimento da aprendizagem do aluno
Sujeito 4	Deve ser vista como oportunidade de desenvolver habilidades e competência do alunos.
Sujeito 5	Diagnosticar a aprendizagem
Sujeito 6	Processo contínuo.

Quadro 1

Pelo que se observam nas respostas apresentadas, todos têm uma concepção do assunto. O sujeito 1 entende a avaliação escolar como fonte de informação e por meio dela se compreende o processo de aprendizagem; os sujeitos 2 e 3 apresentaram a mesma resposta, pontuando a avaliação como forma de perceber e entender a dificuldade do aluno, como também seu grau de aprendizagem; já o sujeito 4 frisou a avaliação como processo

que dá condição de desenvolver a aprendizagem através de habilidades e competências; o sujeito 5 indica a avaliação como um recurso para diagnosticar a aprendizagem; e o sujeito 6, apresentando resposta mais vaga, diz que avaliação é um “processo contínuo”. As respostas indicam particularidades do processo avaliativo, o que nos remete aos estudos de Bloom (1983), ao afirmar que a avaliação é um sistema de controle de qualidade pelo qual se pode determinar, a cada passo do processo ensino-aprendizagem, se este está sendo eficaz ou não; e caso não esteja, indica que mudanças devem ser feitas a fim de assegurar sua eficácia antes que seja tarde demais. Ou seja, é um instrumento na prática educacional que permite verificar se os procedimentos alternativos são igualmente eficazes na consecução de uma série de objetivos educacionais.

QUESTÃO 2: Diante dos tipos de Avaliação: Diagnóstica; Formativa e Somativa, qual a mais usada por você e por quê?

SUJEITOS PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Sujeito 1	Diagnóstica: Desenvolve e acompanha o processo de aprendizagem;
Sujeito 2	Diagnóstica: observa o conhecimento, capacidade do aluno na aprendizagem;
Sujeito 3	Diagnóstica: porque consiste na sondagem projeção de situações, permitindo constatar as causas e dificuldades de aprendizagem.
Sujeito 4	Todas. Para acompanhar melhor a aprendizagem;
Sujeito 5	Todas. Acompanham o processo de aprendizagem.
Sujeito 6	Todas. Por serem necessárias no decorrer da aprendizagem.

Quadro 2

Verificando as respostas, encontramos aqui referências dos três tipos de avaliações destinados à prática docente, correspondentes às apresentadas por Bloom (1993): diagnóstica (analítica), formativa (controladora) e Somativa (classificatória).

Três sujeitos da pesquisa – 1, 2 e 3 - responderam que usavam a avaliação diagnóstica, e todas as respostas estão, de certa forma, ligadas aos objetivos desta função:



identifica-se a realidade dos alunos envolvidos neste processo; depois se verifica se os alunos apresentam ou não habilidades e pré-requisitos para a realização de dada atividade; e, por fim, se conclui o diagnóstico, apontando-se as possíveis causas das dificuldades recorrentes na aprendizagem.

Já os outros três sujeitos – 4, 5 e 6 - afirmaram que além da diagnóstica, utiliza as outras duas - a avaliação formativa, que é aquela com a função controladora sendo realizada durante todo o decorrer do período letivo, com o intuito de verificar se os alunos estão atingindo os objetivos previstos; e a avaliação somativa, que tem por função básica a classificação de alunos, de acordo com os níveis de aproveitamento previamente estabelecidos.

Sobre esta última, há de se considerar que é inapropriada para o contexto da educação infantil, tendo em vista a busca pela formação global da criança – característica fundamental neste nível de ensino. Portanto, aqui já se nota uma contradição teórica e uma aplicação incoerente do método avaliativo na prática docente dos sujeitos 4, 5 e 6, classificando crianças em aptas ou inaptas, aprovadas ou reprovadas, quando a Lei nº 12.287, de 13 de julho de 2010 nos diz que até o 3º ano do ensino fundamental não se pode reprovar, para garantir o pleno desenvolvimento da alfabetização da criança, respeitando-se o ritmo de aprendizagem de cada uma.

### QUESTÃO 3: Como se desenvolve o processo avaliativo em sala de aula?

SUJEITOS PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Sujeito 1	Acompanhando o processo de aprendizagem, criando oportunidades.
Sujeito 2	Participação
Sujeito 3	Realidade, Criação coletiva, Observação.
Sujeito 4	Forma contínua, participação dinâmica.
Sujeito 5	Através da necessidade do aluno
Sujeito 6	Ambiente interno e externo

Quadro 3

Sobre esta questão, cada sujeito apresentou a sua forma de utilizar a avaliação em sala de aula. O sujeito 1 avalia acompanhando o processo e criando oportunidades para o aprendizado acontecer; o sujeito 2 fala que pela participação do aluno – o que se subentende que o aluno que não participa ou não realiza tal atividade não está aprendendo ou não aprendeu; o sujeito 3 diz que avalia pela realidade (contexto), criação coletiva (presume-se

que em atividade grupal/artística), e pela observação; o sujeito 4 avalia seus alunos de forma contínua, através da participação mais interativa, dinâmica; o sujeito 5 avalia a aprendizagem diante das necessidades do aluno, indicando, assim, o que ainda precisa ser aprendido; e, por fim, o sujeito 6, que pela resposta, não deixa claro como avalia, mas podemos inferir em algo relacionado ao que se realiza dentro e fora da sala de aula, no ambiente escolar.

De acordo com os sujeitos envolvidos, o desenvolvimento do processo avaliativo abrange vários aspectos e várias estratégias, pois avaliar envolve valor, e valor envolve pessoa. Sabemos que avaliação é, fundamentalmente, acompanhamento do desenvolvimento do aluno no processo de construção do conhecimento. Portanto, o professor precisa caminhar junto com o educando, passo a passo, durante todo o caminho da aprendizagem, servindo como ponte para a construção do conhecimento.

QUESTÃO 4:Quais os critérios utilizados para a avaliação dos alunos?

SUJEITOS PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Sujeito 1	Muitos, usa a flexibilidade.
Sujeito 2	Processo contínuo
Sujeito 3	Nível de Desempenho
Sujeito 4	Crítérios da proposta construtivista.
Sujeito 5	Estímulos; Reações.
Sujeito 6	Trabalho permanente no processo de aprendizagem.

Quadro 4

Embora todos os sujeitos participantes tenham respondido a esta questão, todas as respostas não especificaram os critérios adotados para a realização da avaliação em sala de aula. Pode-se perceber que não há um consenso entre os sujeitos sobre esses critérios, mesmo atuando na educação infantil – o que remete a uma prática respaldada nos referenciais curriculares. No entanto, novamente percebemos que não há relação entre prática e teoria, pelas respostas dadas. O que poderia ser frisado, se houvesse uma compreensão maior sobre este processo, é algo relacionado ao que nos diz o RCNEI, quando afirma que a avaliação é um conjunto de ações que deve auxiliar o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que

possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo.

Os sujeitos parecem não conhecer o RCNEI, pois apresentam respostas não satisfatórias: o primeiro afirma que usa muitos critérios, mas não especifica nenhum; usa a flexibilidade, mas não aponta como - deixa uma lacuna que dificulta o entendimento. O segundo afirma que usa o processo contínuo, mas torna a resposta vaga; o terceiro diz que usa os critérios de acordo com o nível de desempenho de cada aluno, mas não especifica. O quarto sujeito assegura que usa a proposta construtivista como critério para avaliar, mas deixa a resposta ampla, sem um conceito definido, sem distinguir os mais utilizados. O quinto sujeito usa estímulos e reações, algo inusitado como critério para avaliar alunos de pré-escola, isto porque não é explicado que tipos de estímulo são utilizados. O sexto sujeito participante fala em trabalho permanente no processo de aprendizagem - o que nos leva a prever que seja tudo que é feito no cotidiano escolar. São respostas que nos levam a refletir sobre a ausência de conhecimentos satisfatórios dos professores sobre a avaliação na educação infantil.

#### QUESTÃO 5: Como você avalia a aprendizagem dos seus alunos?

SUJEITOS PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Sujeito 1	Participação nas atividades; interação, exercícios em sala.
Sujeito 2	Exercícios e participação
Sujeito 3	Criando situações; Vivenciando momentos.
Sujeito 4	Valorizando cada competência desenvolvida e sua visão e mundo
Sujeito 5	Acompanhamento diário das atividades propostas em sala.
Sujeito 6	Através de análise dos conteúdos tratados em sala.

Quadro 5

Diante desta questão os sujeitos afirmaram que avaliam a aprendizagem de seus alunos através da participação, observação, acompanhamento nas atividades cotidianas e apenas um sujeito falou que valorizando cada competência desenvolvida e a visão e mundo dos discentes. Ou seja, diante de um quadro de atividades corriqueiras e tradicionais que envolvem a avaliação na educação infantil, encontramos um docente que avalia usando a competência - um procedimento diferente e significativo, mas esquecido por muitos deles.

A definição de Competência de acordo com o dicionário Aurélio (2010) é: “qualidade de quem é capaz de apreciar e resolver certos assuntos”. Para o (MEC 1999) as Competências Essenciais são: dominar leitura/escrita e outras linguagens; fazer cálculos e resolver problemas; analisar, sintetizar e interpretar dados, fatos situações; compreender o seu entorno social e atuar sobre ele; receber criticamente os meios de comunicação; localizar, acessar e usar melhor a informação acumulada; planejar, trabalhar e decidir em grupo.

Para Perrenoud (2000, p. 97), na educação: “Competência é a faculdade de *MOBILIZAÇÃO* de um conjunto de recursos cognitivos – como saberes, habilidades e informações – para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações”. Ou seja, para o autor, competência pressupõe: operações mentais; capacidade para usar habilidades; emprego de atitudes adequadas à realização de tarefas.

Perrenoud, (2000, p.128) chamou atenção dos educadores ao criar as 10 (dez) novas competências para ensinar. Como se vê, é preciso ser competente em muitas situações, a saber: “organizar e dirigir situações de aprendizagem; administrar a progressão das aprendizagens; conceber a fazer evoluir os dispositivos de diferenciação; envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho; trabalhar em equipe; participar da administração da escola; informar e envolver os pais; utilizar as novas tecnologias; enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão; administrar a própria formação continuada”. Ou seja, para o autor, o professor depois de conhecer essas competências irá aos poucos se apropriando e se aperfeiçoando mediante estudos, formação continuada, capacitações, enfim, usar o saber-fazer para garantir as mudanças na realidade atual. Desenvolver a competência e visão de mundo dos alunos é tarefa difícil, mas não impossível para o profissional que busca fazer a diferença em seu trabalho docente. Assim, o professor que tem esta visão, com certeza, está realmente fazendo um trabalho com as expectativas esperadas para todos que trabalham nesta modalidade de ensino e que buscam mudanças significativas.

QUESTÃO 6: Você costuma gerar avaliações coletivas entre os seus alunos? Como?

SUJEITOS PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Sujeito 1	Sim, pedindo que o aluno expresse algo do assunto abordado.
Sujeito 2	Sim. Brincadeiras.
Sujeito 3	Não.
Sujeito 4	Sim.
Sujeito 5	Sim. Espaço para falar para turma sobre determinado assunto
Sujeito 6	Sim. Com Dinâmicas, pesquisas em grupos.

Quadro 6

Os sujeitos quando questionados se costumam gerar avaliações coletivas entre os seus alunos, a maioria respondeu que sim, que criavam momentos para a avaliação coletiva. Como? O sujeito 1 afirma que faz pedindo que o aluno expresse algo do assunto abordado; o sujeito 2 através de brincadeiras; o sujeito 3 diz que não promove avaliação coletiva, o que nos deixa um pouco apreensiva, pois o docente não aproveita esta fase importante da criança onde ela inicia sua vida escolar e a coletividade é um fator que deve sempre está presente, além ser um momento de grande relevância ; o sujeito 4 só afirma que sim, mas não especifica como; o sujeito 5 através do espaço para falar para turma sobre determinado assunto; sujeito 6 responde com dinâmicas, pesquisas em grupos. Poderíamos interpretar as respostas dizendo que cinco dos seis sujeitos avaliam a capacidade de: relacionamento, oralidade, respeito, cooperação, comportamento, conhecimentos, interação, atenção, mas como as respostas em torno das questão são vagas, não podemos aqui interpretar além do que está escrito. Por isso o que se pode afirmar é que os sujeitos geram os momentos de avaliação coletiva com; oralidade, brincadeiras, dinâmicas e pesquisas em grupo. Segundo eles bastam estes momentos para que a coletividade em suas turmas, sejam trabalhadas e para que aconteça a avaliação.

QUESTÃO 7: Quais as funções da Avaliação que estão presentes no seu trabalho pedagógico?

SUJEITOS PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Sujeito 1	Processo contínuo.
Sujeito 2	Observação; Participação; Comportamento.
Sujeito 3	Diagnosticar; Controlar; Classificar.
Sujeito 4	De diagnosticar os conhecimentos prévios do aluno, verificar suas dificuldades.
Sujeito 5	Verificar as dificuldades dos alunos.
Sujeito 6	Acompanhar o processo de aprendizagem

Quadro 7

Os sujeitos da pesquisa quando questionados sobre as funções da Avaliação que estão presentes no seu trabalho pedagógico apontaram: Sujeito 1 – função contínua; Sujeito 2 função de observação, participação, comportamento; Sujeito 3 – função de diagnosticar os conhecimentos prévios do aluno e verificar suas dificuldades. Quando questionados anteriormente sobre os tipos de Avaliação que mais usava, estes três sujeitos apontaram a Avaliação Diagnóstica, isto por que: o Sujeito 1 desenvolve e acompanha o processo de aprendizagem; o Sujeito 2 observa o conhecimento, a capacidade do aluno na aprendizagem; o Sujeito 3 porque sonda a projeção de situações, permitindo constatar as causas e as dificuldades e aprendizagem.

O sujeito 4 aponta a função da avaliação de diagnosticar, controlar e classificar; o Sujeito 5- de verificar as dificuldades dos alunos; o Sujeito 6 – de acompanhar o processo de aprendizagem. Estes sujeitos além de utilizar a avaliação Diagnóstica, também usam a Formativa e Somativa, porque para o sujeito 4 todas acompanham melhor a aprendizagem; o sujeito 5 entende que todas acompanham o processo de aprendizagem e o sujeito 6 afirma que todas por serem necessárias no decorrer da aprendizagem.

O autor Zabalza (1998) nos explica que a função social da avaliação é ser um instrumento essencial para direcionar o processo da aprendizagem, tendo o cuidado de avaliar de diferentes formas, verificando a capacidade de cada aluno. Para o autor, a avaliação, sendo feita desta forma, ajuda o aluno a interpretar o próprio conhecimento. Ou seja, a função da avaliação é favorecer o percurso dos aprendizes e regular as ações de sua formação. Não deve ser punitiva quando os aprendizes não alcançarem resultados satisfatórios nas verificações, mas ajudar os aprendizes a identificar melhor as suas

necessidades de formação para que possam empreender o esforço necessário para realizar sua parcela de investimento na sua formação. Portanto, os sujeitos 1, 2 e 3 possuem uma melhor compreensão do processo avaliativo.

QUESTÃO 8: Cite alguns instrumentos que você utiliza para promover a avaliação na Educação Infantil.

SUJEITOS PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Sujeito 1	Atividades espontâneas; exercícios orais e escritos; conversas, dinâmicas.
Sujeito 2	Histórias, Exercício, Brincadeira, Jogos.
Sujeito 3	Fichas com indicadores de aprendizagem
Sujeito 4	Trabalhos coletivos; Histórias compartilhadas, Pesquisas, Dinâmicas observações.
Sujeito 5	Observação nas atividades propostas
Sujeito 6	Continuamente nas atividades cotidianas

Quadro 8

O autor Libâneo (1991) fala da necessidade do uso de instrumentos para promover a avaliação e os sujeitos colocaram em evidências os mais utilizados por eles.

Os sujeitos pesquisados apresentaram diferentes instrumentos (e algumas metodologias por confundirem o instrumento com o método), que servem para registrar e acompanhar o processo avaliativo de seus alunos. O sujeito 1 fala em atividades espontâneas e nos dá a impressão de serem atividades que não foram planejadas com antecedência, o que pode com certeza comprometer a aprendizagem já que o professor não se preparou para aquele momento e pode avaliar de maneira errada dada situação. A falta do planejamento, neste caso, deve exercer grande influência. Em outro momento ele também utiliza os exercícios orais e escritos, conversas e dinâmicas. O sujeito 2 se utiliza de histórias, exercício, brincadeira e jogos para avaliar. Notam-se diversos instrumentos que servem como meio de avaliar. O sujeito 3 deixa claro que as fichas com indicadores de aprendizagem são realmente o que é mais utilizado por ele – o que pode funcionar bem se forem usadas criteriosamente e rotineiramente. O sujeito 4 apresenta um diferencial em se tratando de trabalhos coletivos, histórias compartilhadas, pesquisas, dinâmicas, ou seja, há uma preocupação na construção da aprendizagem de forma coletiva, cujas interações têm sua relevância pois os alunos ao trocarem experiências entre eles aprenderão um pouco

mais. O interessante é que com estes instrumentos o professor poderá observar as afinidades deles para trabalhar as dificuldades que lhes serão apresentadas. O sujeito 5 não define com clareza os instrumentos para promover a avaliação, só afirma que utiliza a observação nas atividades propostas. Sabe-se que a observação é muito importante no processo avaliativo, mas também junto a ela deve contar o registro do que foi observado, para à partir daí se avaliar com segurança. É como afirma o RCNEI (2009):

A escrita é, sem dúvida, a mais comum e acessível. O registro diário de suas observações, impressões, ideias etc. pode compor um rico material de reflexão e ajuda para o planejamento educativo. Outras formas de registro como a gravação em áudio e vídeo; produções das crianças ao longo do tempo e fotografias também podem ser consideradas.

Porém, mesmo com tanta diversidade para se registrar a avaliação, o sujeito 6 fala que o instrumento de que se utiliza continuamente são as atividades cotidianas. Na fala deste último sujeito, o que se pode notar é o despreparo do docente na educação infantil. A ausência de conhecimentos, a insuficiência de formação está explícita. Não podemos apontá-lo como único sujeito que sofre com a carência de formação, mas podemos marcá-lo como destaque. Sabemos que a avaliação educacional sempre precisará contar com uma variedade de recursos, fontes, dados e informações. Sabemos também que se torna necessário recorrer na sua aplicação as mais diferentes estratégias, técnicas, instrumentos e medidas, e os resultados da aplicação devem ser analisados, interpretados e depois utilizados no sentido de melhoria de rendimento, do desempenho do que é avaliado, para daí se pensar no replanejamento e reconstrução das atividades educativas e da própria avaliação.

QUESTÃO 9: Você encontra dificuldades para realizar a avaliação na Educação Infantil?

SUJEITOS PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Sujeito 1	Não
Sujeito 2	Sim
Sujeito 3	Não
Sujeito 4	Sim
Sujeito 5	Não
Sujeito 6	Não



## Quadro 9

Para melhor entendermos as respostas deste quadro, faremos a retomada do que foi dito no quadro anterior. Sabemos que as dificuldades encontradas no nosso dia a dia são muitas, e na avaliação da aprendizagem não é diferente. Quando foi perguntado se os sujeitos tinham dificuldades para realizar a avaliação, o sujeito 1 diz que não, já que apresenta como instrumentos para avaliar atividades espontâneas, exercícios orais e escritos, conversas, dinâmicas; o sujeito 2 afirma que sente sim dificuldades (apesar de falar nas dificuldades apresenta uma diversidade de instrumentos muito bom para o processo avaliativo), por isso avalia através de histórias, exercício, brincadeira e jogos e; o

sujeito 3 - fala que não, e utiliza as fichas como indicadores de aprendizagem muito comum nas escolas de nosso país; o sujeito 4 também diz que sim, tem dificuldades e avalia com trabalhos coletivos, histórias compartilhadas, pesquisas, dinâmicas observações, ou seja, mostra que sente dificuldade mas utiliza diferentes instrumentos; o sujeito 5 afirma que não, mas só faz observação nas atividades propostas; o sujeito 5 também diz que não tem dificuldade e fala de uma avaliação contínua nas atividades cotidianas, expostas em sala.

Pelos dados apresentados pelos sujeitos 2 e 4, deduzimos que ou ocorre alguma contradição nas respostas; ou por mais que se tente diversificar a prática, ainda é difícil avaliar, devido a complexidade do processo e dos níveis de desenvolvimento da criança. Já os demais sujeitos afirmaram que não sentem dificuldades – o que implicaria uma análise mais apurada sobre os métodos usados na rotina escolar para se verificar como funcionam e como são aplicados pelos docentes.

QUESTÃO 10: Você participa de programas de Formação Continuada que discutem esta temática? Se sim, enumere quais.

SUJEITOS PARTICIPANTES	RESPOSTAS
Sujeito 1	Não
Sujeito 2	Não
Sujeito 3	Não
Sujeito 4	Não

Sujeito 5	Não
Sujeito 6	Não

Quadro 10

O educador atualmente deve estar atualizado e bem informado em relação aos fatos e acontecimentos do mundo, mas não deve esquecer que os conhecimentos curriculares e pedagógicos e as novas tendências educacionais têm que ser prioridade em sua vida profissional. O reconhecimento da necessidade e importância da capacitação dos profissionais da educação por meio da formação continuada deve estar nos debates diários dos governantes.

Segundo Kramer (2003, p. 96), para que realmente a formação continuada atinja seu objetivo, precisa ser significativa para o professor. As propostas de capacitação dos docentes têm apresentado baixa eficácia, e algumas das razões apontadas são: a desvinculação entre teoria e prática, a ênfase excessiva em aspectos normativos e a falta de projetos coletivos e institucionais.

Para a autora, essas deficiências, muitas vezes, têm levado ao desinteresse e reações de indiferença por parte dos professores, porque eles percebem que certas atividades que prometem ser de formação, quase sempre, em nada contribuem para seu desenvolvimento profissional e, conseqüentemente, sua realidade do dia-a-dia em sala de aula também permanece na mesmice. Esta sensação de ineficácia dos processos de formação continuada é o sentimento que tem acompanhado muitos professores, atualmente.

Quando os sujeitos desta pesquisa foram questionados se participavam de programas de Formação Continuada que discutem a avaliação todos disseram não. No nosso entendimento, a formação continuada ainda não é priorizada pelos Municípios do interior, tendo em vista a não realização desses cursos de capacitação. Se houvesse um projeto que favorecesse este tipo de incentivo à prática docente, ajudaria a provocar mudanças na postura do professor e o motivaria a ser mais competente na sua profissão, a partir dos recursos de que ele dispõe; atualizaria seus conhecimentos, visto que a educação não se resume à sala de aula ou à escola, mas está presente num contexto social maior, cujas características interferem no ensino-aprendizagem escolar e na sua avaliação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira ideia que se tem ao concluir um trabalho, uma pesquisa, é que tudo o que se tem feito até o momento não traz a marca do ineditismo tão esperado.

Espero que um trabalho como este de âmbito acadêmico, que busca unir a reflexão teórica, sistematizada aos dados empíricos, possa permitir a rica troca de ideias e o intercâmbio de experiências na área.

Partindo-se do que foi até aqui apresentado, entendemos que na educação infantil a avaliação deve ser constante e diária e que se faz necessário respeitar o ritmo de desenvolvimento cognitivo de cada criança. Compreendemos que o educador deve interagir com o aluno, acompanhando em todos os momentos, observando, intervindo, desafiando numa constante produção de conhecimentos, promovendo assim uma avaliação adequada, pautada na construção do conhecimento de cada um. De acordo com esta situação de observações, o professor consegue também refletir sobre sua prática pedagógica, buscando melhorar em alguns aspectos, nas estratégias, nos métodos, proporcionando aos alunos uma aprendizagem significativa e prazerosa, num espaço de descontração e interação.

A avaliação da criança, na Educação Infantil, é vista como uma ação continuada por meio da qual o professor acompanha a evolução da criança, permitindo e facilitando que ela se desenvolva conforme suas necessidades, sejam elas cognitivas, motoras ou sócio-afetivas. Esta avaliação deve agrupar informações que mostrem os avanços obtidos pelos alunos, identificando as aprendizagens e apontando o que deve ser refeito ou replanejado de forma que a criança atinja os objetivos propostos. Com isto, o professor terá um relatório de toda a caminhada do aluno e sua situação de aprendizagem.

Mediante este contexto educativo, os dados que levantamos na pesquisa empírica mostram que na questão 1. Pelo que se observam nas respostas apresentadas, todos têm uma concepção de avaliação, na questão 2. Verificando que as respostas têm referências aos três tipos de avaliações destinados à prática docente, diagnóstica (analítica), formativa (controladora) e Somativa (classificatória); na questão 3 os sujeitos apresentam formas diversas de utilizar a avaliação em sala de aula; na questão 4 Embora todos os sujeitos participantes tenham respondido a esta questão, todas as respostas não especificaram os critérios adotados para a realização da avaliação em sala de aula. Pode-se perceber que não há um consenso entre os sujeitos sobre esses critérios, mesmo atuando na educação

infantil, parece não conhecer o RCNEI, pois apresentam respostas não satisfatórias; na questão 5. Os sujeitos afirmaram que avaliam a aprendizagem de seus alunos através da participação, observação, acompanhamento nas atividades cotidianas e apenas um sujeito falou que valorizando cada competência desenvolvida e a visão e mundo dos discentes. Temos um quadro de atividades corriqueiras e tradicionais que envolvem a avaliação na educação infantil, mas também encontramos um docente que avalia usando a competência um procedimento diferente e significativo que deveria ser utilizado mais vezes; na questão 6. Os sujeitos quando questionados se costumam gerar avaliações coletivas entre os seus alunos, a maioria respondeu que sim, que criavam momentos para a avaliação coletiva em suas salas; na questão 7 Os sujeitos quando questionados sobre as funções da Avaliação que estão presentes no seu trabalho pedagógico apontaram: Sujeito 1 – função contínua; Sujeito 2 função de observação, participação, comportamento; Sujeito 3 –função de diagnosticar os conhecimentos prévios do aluno e verificar suas dificuldades; na questão 8 Os sujeitos pesquisados apresentaram diferentes instrumentos (e algumas metodologias por confundirem o instrumento com o método), que servem para registrar e acompanhar o processo avaliativo de seus alunos; na questão 9 Para melhor entendermos as respostas deste quadro, faremos a retomada do que foi dito no quadro anterior. Sabemos que as dificuldades encontradas no nosso dia a dia são muitas, e na avaliação da aprendizagem não é diferente. Quando foi perguntado se os sujeitos tinham dificuldades para realizar a avaliação, o sujeito 1 diz que não, já que apresenta como instrumentos para avaliar atividades espontâneas, exercícios orais e escritos, conversas, dinâmicas; o sujeito 2 afirma que sente sim dificuldades (apesar de falar nas dificuldades apresenta uma diversidade de instrumentos muito bom para o processo avaliativo), por isso avalia através de histórias, exercício, brincadeira e jogos e; o sujeito 3 fala que não e utiliza as fichas com indicadores de aprendizagem muito comum nas escolas de nosso país; o sujeito 4 também diz que sim, tem dificuldades e avalia com trabalhos coletivos, histórias compartilhadas, pesquisas, dinâmicas observações, ou seja, mostra que sente dificuldade mas utiliza diferentes instrumentos; o sujeito 5 afirma que não, mas só faz observação nas atividades propostas; o sujeito 5 também diz que não tem dificuldade e fala de uma avaliação contínua nas atividades cotidianas, expostas em sala. Pelos dados apresentados pelos sujeitos 2 e 4, deduzimos que ou ocorre alguma contradição nas respostas; ou por mais que se tente diversificar a prática, ainda é difícil avaliar, devido a complexidade do processo e dos níveis de desenvolvimento da criança. Já os demais sujeitos afirmaram que não sentem

dificuldades – o que implicaria uma análise mais apurada sobre os métodos usados na rotina escolar para se verificar como funcionam e como são aplicados pelos docentes; na última questão quando os sujeitos desta pesquisa foram questionados se participavam de programas de Formação Continuada que discutem a avaliação todos disseram não.

Devemos lembrar e os sujeitos da pesquisa nos mostram isto que a avaliação é um processo contínuo que ocorre nos diferentes momentos do trabalho. Eles mostram que a verificação e a qualificação dos resultados da aprendizagem no início, meio, e no final das unidades didáticas, visam sempre diagnosticar e superar dificuldades, corrigir falhas e estimular os alunos a continuarem dedicando-se aos estudos. Um fator importante é que a avaliação da aprendizagem na educação infantil necessita cumprir com o seu verdadeiro significado, ou seja, assumir a função de subsidiar a construção da aprendizagem bem-sucedida. A condição necessária para que isso aconteça é de que a avaliação deixe de ser utilizada como um recurso de autoridade, que decide sobre os destinos do educando, e assuma o papel de auxiliar o crescimento. É neste sentido que os professores encontram muitas dificuldades (e isto ficou evidenciado na pesquisa) sendo de suma importância que o professor saiba exercer seu papel de mediador entre o aluno e o saber e utilize a avaliação como alavanca de promoção do indivíduo.

Portanto, avaliar o aluno na educação infantil apenas pelo seu desenvolvimento cognitivo é avaliar uma faceta do processo de aprendizagem, é negar-lhe o desenvolvimento de todas as suas possibilidades, é uma farsa, um discurso político desvinculado da realidade do educando.

Vale salientar que não temos a fórmula pronta para que tudo dê certo, para que tudo seja perfeito, mas sabemos que a avaliação mais cabível ao processo de ensino-aprendizagem do educando na educação infantil é aquela que transcende o compromisso do educador mediante o ato de instruir, relacionando os conceitos de aprendizagem com a verdadeira finalidade da educação que é de contribuir para a transformação dos sujeitos em cidadãos.

Jussara Hoffman (1991), nos ajuda a refletir quando apresenta o ressignificar da avaliação, ou seja, o fazer diferente, enfocando o que deve ser seguido por todos que procuram modificar o modo como ela está sendo feita, romper com a ideia de classificar, é pensar numa avaliação além, é vê-la como um processo que realmente construa a aprendizagem do educando.

Uma nova perspectiva de avaliação na educação infantil exige do professor a concepção de criança como sujeito de seu desenvolvimento, inserida no contexto de sua realidade social e política. Nessa dimensão educativa, os erros e as dúvidas são considerados como episódios altamente significativos e impulsionadores da ação educativa. E neste contexto, uma prática avaliativa coerente com essa perspectiva exige do educador um aprofundamento teórico, pois a avaliação deixa de ser um momento terminal do processo educativo para se transformar na busca incessante de compreensão das dificuldades do educando e na dinamização de novas oportunidades de conhecimento.

Concluiremos, enfim, como conclui Luckesi no texto: Avaliação Educacional Escolar: para além do autoritarismo. Um educador, que se preocupe com que a sua prática educacional esteja voltada para a transformação, não poderá agir inconsciente e irrefletidamente. Ou seja, cada passo de sua ação deverá estar marcada por uma decisão clara e explícita do que está fazendo e para onde possivelmente está encaminhando os resultados de sua ação.

Vale salientar que a avaliação, neste contexto, não poderá ser uma ação mecânica. Ao contrário, terá de ser uma atividade racionalmente definida, dentro de um encaminhamento político e decisório a favor da competência de todos para a participação democrática da vida social.

## REFERÊNCIAS

ARIES, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro. LTC, 1981.

BERTICELLI, Ireno Antonio. *Currículo: tendências e filosofia*. In COSTA, Marisa Vorraber (org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

BUENO, B. P. et al. *Docência, memória e gênero: estudos alternativos sobre a formação de professores*. Psicologia USP, São Paulo, 2010.

BLOOM, B. S., HASTINGS, J. T., MANDAU, J. F., *Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1983

BRASIL.MEC - 1998. *Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Conhecimento de Mundo*. Volume 3.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. N.º 9.394, de 1996. Disposições Constitucionais, Lei nº 9.424, de 24 de Dezembro de 1996. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 05 de Outubro de 1988.

DIDONET, V. *Coerência entre educação e finalidades da educação infantil*. *Pátio Educação Infantil*, v. 6, n. 10, 2006.

ESTEBAN, Maria Teresa (org.). *Escola Currículo e avaliação*. São Paulo, Cortez Editora, 1993.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. 18. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000. 200 p.

\_\_\_\_\_, J. *Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança*. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 1996.

FIRME, T. P. *Avaliação: tendências e tendenciosidades*. Ensaio: *Avaliação e políticas públicas em educação*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 57-61, out./dez., 1994

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*, 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GODOY, Arilda Schmidt. *Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades*. In: *Revista de Administração de Empresas - RAE*, v.35, n.2, mar./abr., 1995, p.57-63.

KRAMER, Sônia. *Formação de profissionais de Educação infantil: questões e tensões*. In: MACHADO, Maria Lucia de A. (org.). *Encontros & Desencontros em Educação Infantil*. Cortez. São Paulo, 2003.

Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretária de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol.1.

LIBÂNEO, José Carlos. *Tendências Pedagógicas na Prática Escolar*. Revista da ANDE, 3(6)1991.

LUCKESI, Cipriano. *A avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Zilma Rams de Oliveira. *Educação Infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2005.



PIAGET, Jean. *O nascimento da inteligência na criança*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 389 p.

PENNA FIRME, T. *Avaliação: resposta, responsabilidade, integração*. In: STUFFLEBEAM et al. *Educação superior e educação básica*. Brasília: MEC; Uberlândia: UFU, 1988. p.135-164

PESTALOZZI, J. H. *Cartas sobre educación infantil*. Madrid: Tecnos, 1996.

REDIN, Euclides. *Infância: cidades e escolas amigas das crianças*. Org. Porto Alegre: Mediação, 2007.

TYLER, Ralph. *Princípios Básicos de Currículo e Ensino*. Porto Alegre: Globo, 1974.

VYGOSTKY, Lev Semenovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento de processos psicológicos superiores*. 2ª edição. São Paulo. Martins Fontes, 1994.

ZABALZA, Miguel Angel. *A qualidade em Educação Infantil*. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

## APÊNDICES

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA****CENTRO DE EDUCAÇÃO****CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA****MODALIDADE A DISTÂNCIA**

Cara Professora,

Este questionário é parte integrante do meu Trabalho de Conclusão de Curso TCC - do curso de Pedagogia da Universidade Aberta do Brasil - UAB Universidade Federal da Paraíba - UFPB Polo de Apoio Presencial Itabaiana-PB, que trata da concepção de professores da Educação Infantil, em relação à avaliação da aprendizagem, sob orientação da Prof<sup>ª</sup>. Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosemary Evaristo Barbosa.

Solicito sua participação, que é de extrema importância, respondendo as questões abaixo. As respostas coletadas terão única e exclusivamente a finalidade acadêmica e, em nenhuma hipótese será revelada a sua identidade.

Grata,

Rita

Nome:

Função:

Tempo de atuação na área:

Série que leciona:

Turno:

Turma:

### I Parte: Dados do Professor

1. Qual o seu grau de formação?

( ) Médio ( ) Superior-Cursando ( ) Superior completo-graduado

2. O que o (a) levou a escolher o caminho da Educação e mais especificamente ser professor (a) da Ed. Infantil?

( ) vocação ( ) outros Qual? \_\_\_\_\_

### II Parte: Questões específicas sobre a pesquisa

1. Qual a sua concepção de Avaliação?

2. Diante dos tipos de Avaliação: Diagnóstica; Formativa e Somativa, qual a mais usada por você e por quê?

3. Como se desenvolve o processo avaliativo em sala de aula?

4. Quais os critérios utilizados para a avaliação dos alunos?

5. Como você avalia a aprendizagem dos seus alunos?

6. Você costuma gerar avaliações coletivas entre os seus alunos? Como?

7. Quais as funções da Avaliação que estão presentes no seu trabalho pedagógico?

8. Cite alguns instrumentos que você utiliza para promover a avaliação na Ed. Infantil.

9. Você encontra dificuldades para realizar a avaliação na Educação Infantil?

10. Você participa de programas de Formação Continuada que discutem esta temática? Se sim, enumere quais.